

A hora de fortalecer a classe média

Lourival Dantas*

Os bons ventos que estão soprando para o Brasil neste início do último ano do século XX, com o aquecimento das atividades produtivas e entrada de capital externo, num ambiente de inflação baixa e câmbio sob controle, precisam ser fortalecidos com uma aposta decisiva do governo na promoção do mercado interno brasileiro.

O aumento da oferta, que está se verificando nos três primeiros meses de 2000, indica que será indispensável alcançar a contrapartida do consumo, para que haja um equilíbrio macroeconômico. Caso contrário, a economia poderá sofrer as conseqüências de uma perigosa deflação.

Os preços, em face de uma oferta maior do que a demanda, que está reprimida, porque a classe média, principalmente, está com o seu poder de compra afetado, devido ao aperto nos salários, cairão e tenderão a afetar a margem de rentabilidade das empresas, que já está muito baixa diante da forte competição externa.

Para fugir desse cenário, que não interessa a ninguém, nem ao governo, nem aos empresários e muito menos aos trabalhadores, torna-se fundamental adotar uma política de promoção do crédito direto ao consumidor, para que a classe média vá às compras.

Essa será a única forma de acelerar o consumo interno. Afinal, esse segmento importantíssimo da sociedade brasileira, principal formador de opinião, teve uma perda real de renda de 5,5% no ano passado, segundo o IBGE. Está, portanto, mais pobre. Não tem dinheiro para o consumo.

Os bancos precisam, agora, atuar mais decisivamente na oferta de crédito direto ao consumidor. O papel que devem exercer é fundamental para



equilibrar o sistema econômico. Se não fizerem isso, poderão estar prejudicando a si mesmos, a médio prazo. Eles não podem deixar de dar essa contribuição, principalmente porque foram favorecidos recentemente com a liberação de fartos recursos, com a redução do recolhimento compulsório sobre os depósitos a vista. Estão capitalizados e, por isso, seria conveniente que apostassem num maior dinamismo da economia, fomentando a produção a custos mais baratos.

Caso a economia entre em deflação devido à falta de crédito, serão os bancos os primeiros a sofrerem as conseqüências, na medida que as empresas não poderão pagar em dia os seus compromissos financeiros. A inadimplência tenderá a elevar-se. Nesse contexto, de uma maior descapitalização do sistema produtivo como um todo, não estaria afastada a possibilidade de o sistema financeiro sofrer novo baque, como o que obrigou o governo a criar o Proer, para salvá-lo. Só que haveria maior resistência a uma providência nesse sentido, porque todos gostariam de dispor

de uma ajuda para vencer as suas dificuldades.

Temos, ainda, de estar atentos ao cenário internacional. Não está descartada uma forte desaceleração da economia norte-americana, dominada pela especulação financeira, em decorrência das quedas das bolsas, como os analistas em geral vêm prevendo. Diante desse possível esfriamento, as exportações nacionais, que tem no mercado dos Estados Unidos um grande escoadouro, tenderão a diminuir.

Para enfrentar essa eventualidade, que poderá combinar uma desaceleração econômica dos Estados Unidos com redução dos juros americanos, para enfrentar as dificuldades circunstanciais, motivadas pela

Esse segmento importantíssimo da sociedade teve uma perda real de renda de 5,5% no ano passado

redução da renda da classe média americana, a fetada pela queda na cotação das ações, que a tem levado a

consumir cada vez mais, o governo brasileiro teria que buscar a alternativa do mercado interno, para aquecer a nossa economia, caso tenhamos dificuldades de ampliar as nossas exportações.

Por isso, precisamos preparar o campo interno, a fim de dotar o segmento social que mais consome, a classe média,

Caso a economia entre em deflação serão os bancos os primeiros a sofrerem as conseqüências

de maior acesso ao crédito, para se transformar na alavanca do equilíbrio da nossa economia. Os juros

precisarão cair bastante, para fortalecer o mercado consumidor nacional, que hoje transformou-se em atrativo para os capitais externos, que estão com-

prando grande parte dos ativos nacionais, devido ao seu extraordinário potencial.

A economia do Distrito Federal teria muito a ganhar com o fortalecimento do mercado interno nacional. Afinal, dispomos da maior renda per capita do País. O Centro-Oeste possui a maior área agricultável do planeta e, certamente, se transformará num grande atrativo para os investidores internacionais. Ficará mais fácil para o próprio governo captar poupança externa, como pretende, a partir de agora, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que acaba de criar uma Agência de Desenvolvimento e de Captação de Recursos para alavancar as atividades produtivas no País, com o apoio da iniciativa privada.

Nós, do Distrito Federal e do Centro-Oeste, aplaudimos essa decisão do presidente e a consideramos fundamental, especialmente porque há tempos viemos caminhando nessa direção, de criar, em parceria com o Ministério da Integração Nacional, uma Agência de Desenvolvimento Regional, para fomentar o crescimento econômico de todo o Oeste brasileiro, no âmbito do que chamamos Mercado Comum do Oeste (Mercoeste), abrangendo os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Acre, Rondônia e Distrito Federal.

Chegou, portanto, a hora de apostar no nosso poderoso mercado interno, de 165 milhões de brasileiros. Nós, mesmos, precisamos construir a nossa poupança interna, para que tenhamos condições de alavancar um desenvolvimento auto-sustentado, a partir do fortalecimento do poder de compra, principalmente, da classe média. Será ela que, devidamente fortalecida, assegurará vida longa ao real.